



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

O padrão faz o chefão

A padronagem é a mesma: abuso de poder seguido de exibição de provas em ambiente restrito supostamente confiável e a consequente confissão na forma de jactância pelo ato cometido.

Vamos abstrair aquela questão antiga de distribuição de concessões de rádio e televisão em troca de votos no Congresso porque, abusiva ou não, a prática era legal naquele transcurso da década dos 80.

Ilegítima, pois, uma vez que se tornou matriz de uma conduta de relações comerciais entre o Executivo e o Legislativo.

À época, comandava o Ministério das Comunicações o mesmo personagem que viria depois a protagonizar pelo menos dois episódios públicos de abuso de poder.

Em mais de uma ocasião, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, Antonio Carlos Magalhães manifestou seu desagrado contra a mudança da regra segundo a qual as concessões eram atribuição exclusiva do Poder Executivo e passaram a ser do Legislativo.

Considerava que, não fosse o fim desse instrumento, o governo teria muito menos dificuldades fazer valer seus interesses no Congresso. Com tanta desenvoltura, defendia a revogação da norma, que uma vez o fez publicamente, em entrevista à revista *Veja*.

Sem constrangimentos, como dizia não se constranger em assumir a presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Internamente absolvido de quaisquer pecados, tal como quando disse a mais de um jornalista, a mais de um parlamentar, que havia realmente visto a lista de votação da sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão e que, nela, constava o nome da senadora Heloisa Helena no grupo dos votantes contrários à cassação.

Fez isso à vontade, com a cumplicidade de gente da imprensa e do Parlamento que preferiu acreditar-lhe, em detrimento de suas vítimas.

Com a reputação da senadora ninguém se preocupou. Afinal, vigorava um tempo – oxalá em vias de extinção – em que quem acusava tinha a prerrogativa do crédito como preliminar.

Até o dia em que um procurador da República recorreu também ao instrumento criminoso do grampo e flagrou o incontinente em pleno exercício da jactância verbal.

O episódio deveria se encerrar por aí, conferindo-se ao autor da gravação o pressuposto do descrédito reservado a infratores da legalidade.

Mas apareceu uma funcionária do Senado que, infratora também, avaliou mais pesado o fardo da compactuação e confessou sua participação no crime.

Agora é uma advogada quem diz ter ouvido do senador a confissão. Como ela, há outros cuja pusilanimidade, ou avaliação equivocada, impele ao silêncio.

Por aqui acostumamo-nos a considerar criminosas ações exclusivamente ligadas à obtenção de vantagens financeiras.

Relevantes, por aqui, só as agressões aos itens do código penal que vedam ao cidadão os atos de roubo e assassinato. Por isso, o “não matei e não roubrei” é usado e, em boa medida, aceito, como argumento de suposta inocência.

A destruição de valores e a ruína de individualidades é permitida. Não raro aplaudida.

Mas isso aqui, onde a democracia é ainda uma jovem cuja integridade moral não se respeita em sua totalidade.

Gostamos muito de falar mal dos norte-americanos. Mas flagre-se um homem público na mentira por lá e se verá alguém tomado pelo constrangimento das escusas, do recuo e, no limite do constrangimento ético, da renúncia.

Um povo moralista, dizemos com desdém. Espertos somos nós, que aceitamos qualquer coisa desde que se apresente uma desculpa razoável.

Aos que chegaram mais recentemente à vida, cumpre recordar o motivo do escândalo que levou o presidente Nixon à renúncia: abuso de poder.

Seus correligionários do partido Republicano foram pegos instalando escutas telefônicas no comitê do partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington.

O presidente negou responsabilidade, mas os fatos descobertos por Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, obrigaram os prepostos presidenciais a confessar.

Os jornalistas levaram meses para levantar a história sem recorrer a expedientes escusos, valendo-se apenas do direito constitucional de preservação do sigilo da fonte.

Coisa de gente séria. Moralista para nossos frouxos padrões, mas com a auto-estima em dia.

Fator fatal

Horas antes de ACM desistir da presidência da Comissão de Justiça, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teve longa conversa com o presidente do Senado, José Sarney.

Não tendo sido medida preventiva e paliativa para aplacar os ânimos, o governo Lula terá marcado diferença.